



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Política de Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos
no contexto do Plano de Metas do Governo Juscelino
Kubitschek**

Ian Marins Seixas

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade
de Brasília**

Orientadora: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

Brasília

2019

RESUMO: Este texto apresenta um estudo qualitativo que visa analisar a política de atração de Investimentos Estrangeiros Diretos para o Brasil. Para tal, parte do princípio de que o capital estrangeiro, sob forma de Investimento Direto, é peça fundamental a fim de garantir os recursos necessários para os investimentos em infraestrutura. A partir de uma revisão bibliográfica, o texto analisa a Instrução 113 decretada em janeiro de 1955 pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e a política externa brasileira adotada por Juscelino Kubistchek no âmbito da operação Pan-americana.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento Estrangeiro Direto, Instrução 113, Política Externa Brasileira.

ABSTRACT: This text presents a qualitative study that aims to analyze the policy of attracting foreign direct investment to Brazil. To do so, on the assumption that foreign capital, in the form of Direct Investment is key to ensure the necessary resources for investment in infrastructure. From a literature review, the text examines 113 Statement declared on January 1955 by the supervision of money and credit and the Brazilian foreign policy adopted by Juscelino Kubistchek within the Pan-American operation.

KEYWORDS: Foreign Direct Investment, 113 instruction, Brazilian Foreign Policy.

1. INTRODUÇÃO

Em um cenário de escassez orçamentária por parte do Estado brasileiro para manter e ampliar os investimentos nos setores de infraestrutura, os capitais privados nacionais e internacionais vêm surgindo como alternativas possíveis e viáveis em substituição ao capital estatal nacional para se manter tais investimentos. Um recurso que tem se mostrado de grande valia na promoção de investimentos na área de infraestrutura é o Capital Internacional sob forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED). O relatório de 2015, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), sugere que 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial devam ser assegurados para investimentos em infraestrutura. Entre os anos de 2008 a 2013, o Brasil conseguiu manter os investimentos em infraestrutura acima dos 3% do PIB, declinando ano a ano e fechando o ano de 2018 com 1,5% do PIB e com forte participação do capital estrangeiro, em especial o capital chinês que contribuiu com mais de 28% do total de investimentos (SEAIN-MP, 2018).

O objetivo deste artigo é analisar de que forma o Brasil pode executar uma política de atração de investimentos estrangeiros a fim de mobilizar os recursos necessários ao financiamento da infraestrutura nacional. O momento a ser estudado está inserido no contexto do Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek (JK-1956-61).

Há dois aspectos sobre o Governo JK que chamam atenção no exercício de atrair investimentos para o Brasil e que serão analisados neste texto. Um deles, na esfera doméstica, refere-se a uma pauta antiga e recorrente dos investidores estrangeiros quando aplicam seus recursos em outros países. Trata-se da cobertura ao risco cambial e as garantias de retorno do capital. Outro deles, na esfera internacional, refere-se à política externa do Governo JK com a deflagração da Operação Pan-Americana (OPA). O objetivo era fazer disseminar a ideia de que o espectro do comunismo rondava a América Latina e as economias subdesenvolvidas com suas populações pauperizadas davam abertura às más influências vindas da União Soviética.

Era necessário criar um ambiente de prosperidade econômica pautada no desenvolvimento do capitalismo na região da América Latina. Com essa estratégia o Brasil pretendia levantar os recursos necessários para o financiamento da indústria.

Observa-se neste momento da história do Brasil uma política de atração de investimentos desempenhada em dois níveis, uma doméstica, com a Instrução 113 da SUMOC e outra externa, a Operação Pan-Americana.

Pretende-se fazer um levantamento histórico sobre os períodos de entrada de capitais estrangeiros neste momento específico da história de internacionalização da industrialização brasileira.

Apesar de não ser objeto deste artigo, uma pergunta se faz necessária a fim de se saciar curiosidades que surgem ao longo do exercício da pesquisa. O que faz um investidor (estatal ou privado) deixar de investir seus recursos em seu próprio país para investir em outro país, aparentemente dinamizando a economia do outro? Sejam investidores ingleses aportando recursos na África e na América Latina no final do séc. XIX e primeira metade do século XX sejam investidores chineses exportando capitais no final do século XX e início do século XXI.

Na perspectiva inglesa, um artigo publicado por Goetzmann e Ukhov (2005), na National Bureau of Economic Research, avalia as motivações dos investidores ingleses a buscarem aplicar seus capitais fora dos limites da Inglaterra. Entre 1871 – 1913 de 4% a 8% do produto interno bruto inglês foram enviados para o exterior sob forma de investimento direto. Edelstein (1985) *apud* Goetzmann e Ukhov (2005) fez um comparativo entre os riscos de investimentos no exterior e internamente e mesmo considerando o risco mais elevado de se aportar recursos no exterior, a rentabilidade do capital investido era cerca de 1,58% ao ano maior que as ações domésticas no período 1870-1913. De acordo com o autor, duas são as razões principais para motivar os investidores ingleses a aportarem seus recursos no exterior: a maior rentabilidade de seus investimentos e a amplitude do portfólio de áreas de investimentos.

Em outro estudo, Fontagné e Py (2010), analisaram as razões para que as empresas chinesas escolham os países em desenvolvimento e não os países desenvolvidos integrantes da União Europeia como preferenciais para aportarem seus capitais. Entre os fatores que impulsionam o capital estão, a política de incentivo do governo chinês de estímulo à internacionalização de suas empresas, o baixo custo do transporte marítimo e o aumento do custo da mão de obra na China. Entre os fatores atrativos do capital chinês em direção aos países em desenvolvimento está o baixo custo das empresas nacionais, o baixo custo da mão-de-obra e a disponibilidade dos recursos naturais. Porém, a preocupação transversal

a todos os investidores, dentre outras, é a questão do risco cambial. Uma das questões centrais deste artigo.

Um segundo apontamento interessante é sobre a fundamentação teórica para a formulação deste texto. Entender, analisar e explicar a expansão do capital em âmbito internacional, em absoluto é algo novo na Teoria das Relações Internacionais.

Entendendo que o capital internacional é fundamental e importante para o desenvolvimento das economias nacionais, tem-se avaliação de que o Investimento Estrangeiro Direto sem qualquer tipo de regramento pode configurar a já conhecida política de exportação de excedente de capital tão comumente aplicado nas colônias africanas nos séculos XVII e XIX, impondo limites e constrangimentos ao pleno desenvolvimento e autonomia das economias que os recebe.

O IED, bem conduzido, pode ser importante para a promoção da economia nacional, dando oportunidades às empresas nacionais e assegurando os interesses dos investidores e dos países que os recebem.

A proposta de trabalho apresentada neste texto está alinhada às teorias críticas das Relações Internacionais. Particularmente, a problematização teórica do trabalho proposto encontra boa aderência com as Teorias da Dependência, que se ocupa por ponderar e explicar a manutenção das assimetrias no sistema mundo. Os teóricos da dependência se dedicam à empreitada de entender e explicar o porquê de os países periféricos do sistema mundo, em especial América Latina, não conseguirem superar a sua condição de subdesenvolvimento ou de desenvolvimento relativo. Há um consenso de que o subdesenvolvimento dos países periféricos possui laços históricos de dependência econômica e desenvolvimento fortemente atrelado ao capital estrangeiro oriundos dos países centrais.

De acordo com Prebisch *apud* Jatobá (2013), os acordos comerciais para manutenção da divisão internacional de trabalho, onde um lado fornece matéria-prima e produtos agrícolas, e o outro fornece manufaturado, reproduz as condições de subdesenvolvimento e das assimetrias entre as nações. Os teóricos Cardoso e Falleto (2005) *apud* Jatobá (2013), sustentam a ideia de que há uma estrutura na relação centro-periferia que perpetua a dependência dos países periféricos. Teotônio dos Santos *apud* Jatobá (2013), define dependência como a sujeição dos países periféricos à dinâmica capitalista dos países centrais e explica o subdesenvolvimento pela existência de uma estrutura capitalista global que drena as riquezas produzidas nos países periféricos em direção aos países centrais. O autor sugere uma análise

combinada dos processos internos aos processos globais para compreender as assimetrias globais.

A seguir, será apresentada uma síntese analítica sobre o processo de industrialização do Brasil para o período proposto e ressaltando o papel das entradas de capital estrangeiros no Brasil.

2. RESENHA LITERARIA (CONTEXTO HISTÓRICO-ECONOMICO)

Apesar de o Brasil ter experimentado surtos industriais desde finais do século XIX, como dito anteriormente, o momento a ser avaliado para este artigo é a partir da década de 1950, em especial o período do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (JK).

Antes de entrar especificamente neste momento da industrialização brasileira, vamos traçar um panorama geral da expansão do capital internacional no pós-II Guerra Mundial.

Esse novo processo de internacionalização do capital se deu através da multinacionalização das empresas até então nacionais. Esta expansão não se deu apenas pela vontade pura e simples dos capitalistas, mas foi facilitada pelas transformações vivencias na consolidação da segunda revolução industrial.

A diversificação das fontes de energia, com o advento do petróleo, a hidroeletricidade e a energia nuclear, fez diminuir a importância do carvão mineral. Se antes as indústrias se viam geograficamente limitadas as proximidades das minas de carvão, o desenvolvimento de grandes linhas de transmissão de energia e a instalação de oleodutos permitiu a descentralização das indústrias para outras áreas (SCARLATO in ROSS,2003).

Acrescenta-se ainda a evolução nos meios de transporte com o aprimoramento do transporte de carga por rodovias, ferrovias e portos, diminuindo o tempo de deslocamento e promovendo o barateamento dos fretes. Destaca-se o surgimento dos caminhões tipo carreta e da criação do *container* e que permitiu agilizar a carga e a descarga de mercadoria em grandes volumes.

Talvez a mais impactante das evoluções tecnológicas, foi o desenvolvimento dos meios de comunicação, que passou a ser em tempo real e simultânea aos fatos.

Essa revolução tecnológica informacional permitiu que empresas multinacionais administrassem suas unidades fabris espalhadas pelo mundo a distância.

Todo esse conjunto de avanços tecnológicos permitiu a dispersão geográfica da indústria alterando a divisão internacional do trabalho no mundo capitalista. As empresas não mais exportavam exclusivamente bens de consumo para o mundo subdesenvolvido, exportavam agora, capitais e tecnologias e assim, se faziam presentes nestes territórios através de suas fábricas (SCARLATO in ROSS,2003).

A indústria brasileira costumeiramente parece sofrer boicotes por parte dos tomadores de decisões sobre a política externa brasileira. O simples ato da Abertura dos Portos às Nações Amigas e o favorecimento alfandegário de mercadorias inglesas aniquilou a indústria rudimentar colonial (PRADO JR, 1970, p.195). Mas foquemos no recorte temporal necessário para este texto que trata do processo de industrialização capitaneado pelo Plano de Metas no Governo JK.

O Plano de Metas de JK definiu a política econômica do governo quando foram estabelecidos 31 objetivos em seis grandes eixos (energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília). A construção da nova capital fora considerada a meta síntese por simbolizar o ícone de tudo que representava o Governo JK. (FAUSTO, 2008).

Não por acaso o plano de metas procurou desenvolver estes seis eixos fundamentais. O objetivo era suplantar as dificuldades para a instalação da indústria moderna do Brasil. As dificuldades eram de todas as espécies, a começar pela indisponibilidade de energia. O Brasil já possuía uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, porém a indústria siderúrgica não era desenvolvida para suprir a demanda de uma indústria robusta. Contudo, a dificuldade maior para instalação de uma indústria moderna do Brasil era a deficiência de mercados consumidores. O número absoluto da população, o poder econômico do país e o padrão de vida da sociedade eram ínfimos e não constituíam um mercado consumidor capaz de justificar o processo de industrialização (PRADO JR., 1970)

Para contribuir com o orquestramento de todo esse processo, ganha importância no Governo JK o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que serviu de assessoria e apoio ao Plano de Metas e era constituído por professores intelectuais e representantes da Cúpula Militar dos ministérios do congresso (FAUSTO, 2008).

Versiani e Suzigan (1990), analisaram o processo inicial de industrialização no Brasil no período de 1930 -1950. Segundo os autores, o grande acúmulo de poupança em função do apoio e benefícios ao setor primo-exportador e a Grande Crise do Café estimularam a industrialização incipiente para atender os bens de consumo não duráveis e intermediários.

Iniciou-se a política de substituição de importações pautada no tripé, capital estatal, que se ocuparia com a indústria de base, o capital privado nacional, dedicado à indústria de bens de consumo não duráveis e o capital privado internacional com bens de consumo duráveis. O Estado brasileiro assumiu o papel de empresário investidor, neste primeiro momento investindo na indústria de base (mineração, siderurgia, metalurgia).

Neste período, o Estado, além de desempenhar um papel importante como empresário, atuou também como protetor da indústria nascente. Tais mecanismos de proteção se deram a partir de uma política de desvalorização cambial e controle de taxas aduaneiras.

Para além da política de proteção, houve também a disponibilização de linhas de crédito tanto para a área rural via Banco do Brasil, quanto para a indústria e infraestrutura via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), criado em 1952. Até a primeira década de 1950 o Brasil havia experimentado surtos industriais, alguns deles significativos. Podemos perceber que existe uma intenção bem definida do Estado brasileiro em promover o processo de industrialização

No início da década de 1950 não se tratava mais de surtos industriais temporários e localizados, tratava-se naquele momento de um projeto de industrialização planejado, criando instituições preocupadas com o desenvolvimento industrial brasileiro. Essa planificação da economia industrial ganha forma com o “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

O Plano de Metas significou um projeto de desenvolvimento econômico com foco na infraestrutura (energia e transportes) e na indústria. Houve também uma forte política protecionista com tarifas de importação. Altas taxas eram praticadas para a entrada de bens de consumo, porém as taxas aplicadas aos produtos essenciais para o pleno desenvolvimento das fábricas possuíam tarifas especiais. A indústria nacional passou a contar com linhas de financiamento via BNDE e a participação direta do Estado como empresário, investindo na indústria de base.

Versiani e Suzigan (1990), destacam algumas iniciativas importantes que impulsionaram o desenvolvimento industrial na década de 1950 como a criação da empresa estatal brasileira de extração, refino e distribuição do petróleo – Petrobrás, em 1953 –, da Instrução 70 de 1953 da SUMOC que desenvolvera um mecanismo cambial para facilitar as importações de máquinas e equipamentos industriais, da Instrução 113 da SUMOC de 1955 que permitiu que fábricas instaladas no Brasil que pertencessem a empresas estrangeiras pudessem importar máquinas e equipamentos para a modernização de suas unidades de produção.

Porém, foi apenas na segunda metade da década de 1950 que se conjugou e fortaleceu um conjunto de iniciativas que, juntas, podem ser entendidas como um plano de desenvolvimento da indústria nacional. Essas iniciativas contam com o Plano de Metas como estratégia planejada de desenvolvimento, um sistema de proteção da indústria nacional, um sistema de financiamento da indústria e a participação decisiva do Estado como agente econômico (Estado-Empresário) (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

A ideia vendida com o Plano de Metas era impulsionar o desenvolvimento industrial e econômico, para fazer o Brasil se desenvolver 50 anos em 5 anos de governo. O plano de metas tinha como proposta desenvolver os setores ligados à infraestrutura, como energia, indústrias de base em geral, transporte rodoviário em especial.

Com a implementação do plano, ao desenvolver a indústria de base, o governo JK garantia os insumos necessários às indústrias de bens de consumo duráveis, costumeiramente ligadas ao capital estrangeiro e a construção de rodovias garantia o mercado para indústrias automobilísticas instaladas no país.

Como resultado, o plano de metas registrou imensos avanços, sobretudo nas atividades industriais entre 1955 e 1961, com fortíssimo impacto no PIB. Nas palavras do historiador Boris Fausto:

o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa per capita, ou seja, por habitante, de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro per capita foi aproximadamente três vezes maior do que o resto da América Latina. (FAUSTO, 2008, p.427).

Apesar do Governo JK, em especial no período de implementação do Plano de Metas, iniciar um processo efetivo de internacionalização da economia com entrada massiva de capital estrangeiro com substancial crescimento do PIB, havia um posicionamento das alas mais nacionalistas que defendiam que o Estado brasileiro deveria ser responsável pelo planejamento e instalação de infraestrutura (transportes, comunicações, energia e indústria de base), enquanto que as outras áreas industriais ficariam a cargo do capital privado nacional (FAUSTO, 2008).

Não havia, contudo, uma resistência declarada ao capital estrangeiro, mas sim um entendimento e um posicionamento crítico, no sentido de que o capital estrangeiro deveria se restringir a algumas áreas de investimento e deveria haver também algum tipo de controle sobre as remessas de lucros para o exterior (FAUSTO, 2008).

Outra consideração importante a ser feita em relação ao processo de industrialização brasileira pós 1950, é a sua concentração geográfica da indústria na região sudeste do Brasil. A divisão territorial do trabalho no Brasil o Sudeste apresentou vantagens comparativas em relação às outras regiões.

A atividade cafeeira deixou como herança, além da poupança acumulada, uma mão de obra semiqualficada, linhas férreas que outrora transportara café do interior para o porto de Santos. Outros fatores que contribuíram fortemente para a concentração industrial na região sudeste do Brasil foram à disponibilidade de matéria prima sobre tudo do Estado de Minas Gerais e os mercados do Rio de Janeiro.

Contudo, essa divisão territorial do trabalho que concentrou as atividades industriais no sudeste do Brasil, gerou consequências cujos impactos podem ser sentidos até nos dias atuais. Essa concentração industrial arraigou as desigualdades regionais, promoveu fortes fluxos migratórios para a região sudeste acelerou o processo de urbanização no Brasil, criando grandes aglomerações urbanas com todos os problemas que isto pode acarretar (SCARLATO in ROSS,2003).

Na próxima seção, analisar-se-á dentre outros assuntos, às garantias institucionais concedidas aos capitais estrangeiros interessados em investir no Brasil.

3. A INSTRUÇÃO 113 DA SUMOC E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Para financiar o Plano de Metas, os capitais estatal e privado nacionais não eram suficientes, sendo necessário atrair o capital estrangeiros. No intuito de tornar o Brasil um país atraente aos investimentos estrangeiros, uma série de iniciativas foram adotadas, tais como, garantir rentabilidade elevada a estes investimentos, controle de gastos por parte do estado e maior liberdade para a remessa de lucros e dividendos.

No que tange a política interna, a Instrução 113 e o Decreto 42.820, que tratou de sua prorrogação, foi uma dentre outras iniciativas do governo brasileiro para atração de investimentos e fora considerada uma impulsionadora do movimento de internacionalização do capital internacional fixado no Brasil. A instrução 113 teve papel importante na internacionalização da economia nacional, pois soube aproveitar e captar para o Brasil parte de uma oferta de capitais internacionais e aumento do fluxo de investimentos em escala global (MALAN, 1984).

A abertura da economia brasileira para a entrada de capital estrangeiro foi importante para o crescimento dos investimentos privados diretos das empresas multinacionais que em conjunto com a política de substituição de importação favoreceram as empresas já instaladas no Brasil.

Como dito anteriormente, a Instrução 113 da SUMOC promulgada em 17 de janeiro de 1955 no Governo de *Café Filho*, autorizou a Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) a emitir licenças de importação de maquinas e equipamentos sem a devida cobertura cambial. Essa instrução permitiu que maquinários necessários à modernização das fábricas entrassem no país sob forma de investimentos diretos e não sob forma de importação. Com isso as máquinas entraram no Brasil sem o “carimbo” de importação, não impactando, assim, na balança de pagamentos.

No que se refere à entrada de Capital estrangeiro, na década de 1950, em absoluto significava algo inédito, uma vez que capitais ingleses já se faziam presentes desde finais do século XIX (Cervo, 2003). Porém, atento ao recorte temporal necessário, já em fins de 1956 o Brasil era um dos países com legislação mais favorável do mundo no tocante as inversões estrangeiras.

Tendo a Instrução 113 como mola mestre da política de atração de investimentos, o governo adotou outras medidas de isenções e benefícios ao capital

estrangeiro, tais como isenção de tributos de importação, subsídios cambiais, liberdade de entrada e saída de capitais (remessas de lucros e dividendos), crédito subsidiado em longo prazo pelo BNDE, ou seja, não havia restrições ou constrangimentos ao capital advindo dos investimentos estrangeiros diretos.

A combinação de políticas internas de atração de investimento e uma política externa pautada enormemente na diplomacia presidencial parece ter surtido efeito entre os anos de 1955 e 1960.

A exemplo, dos US 565 milhões que ingressaram no país sob forma de investimento estrangeiro direto, US\$ 401 milhões, se utilizaram dos benefícios concedidos pela Instrução 113 da SUMOC. Esse capital ingressou no país sem cobertura cambial e com todos os subsídios implícitos na instrução: as empresas traziam o maquinário e equipamento; os valores eram convertidos para cruzeiros na taxa mais favorável do mercado livre; e as remessas posteriores eram emitidas para o exterior ao câmbio mais favorável possível.

Vale salientar que a preocupação com os mecanismos de coberturas cambiais já constava nos relatórios anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI). O relatório do FMI publicado em 1954, falava da necessidade de diminuir as barreiras ao comércio e aos pagamentos. Além disso, as práticas restritivas deveriam ser removidas e modificadas.

O primeiro estágio desta tendência foi a iniciativa de se reduzir todas as restrições que haviam sido impostas durante os períodos de dificuldades de balanço de pagamentos. O segundo estágio deveria pôr fim a discriminação dos produtos em dólar. Esse fim da discriminação dava-se em relação às importações que deveriam ser realizadas com licenças especiais de importação.

Para além das importações de máquinas e equipamentos, à luz da Instrução 113, o governo brasileiro adquiriu US\$ 1.7 bilhões em empréstimos e financiamentos entre 1955 e 1960. Parte desse empréstimo, mais de 60%, foi subsidiada pela política cambial, além de ingressarem no país sobre forma de máquinas e equipamentos e veículos sem cobertura cambial. Vale ressaltar que todos esses investimentos, seja sob forma de financiamento ou sob forma de investimento direto, tinham assegurado o direito de remessas para o exterior ao câmbio mais favorável do mercado (MALAN, 1984).

Nesse período, de 1955 a 1961, o endividamento brasileiro foi substancial, saindo de US\$ 2 bilhões em fins de 1955 para US\$ 2.7 bilhões em 1960. A preocupação maior não era com o montante do endividamento, mas sim com as

condições desfavoráveis do alto custo e curto prazo de execução. Aproximadamente 70% da dívida brasileira em 1960 deveriam ser executados nos próximos três anos seguintes (MALAN, 1984).

Retomando a ideia de que o processo de industrialização se baseou em um tripé (capital estatal nacional na indústria de base e infraestrutura, capital privado nacional com a indústria de bens não duráveis e o capital internacional com a indústria de bens duráveis), a Instrução 113 da SUMOC certamente contribuiu para a viabilização do pé internacional. (CAPUTO; MELO, 2009).

O capital internacional ingressou no país e a indústria realizou um salto significativo. Esse desenvolvimento da nossa indústria e economia teve um custo a ser pago. Caio Prado Júnior (1977), salienta que a industrialização brasileira dependente do Capital internacional e inserida no sistema de produção capitalista internacional interligou as regiões industrializadas com os mercados internacionais, promovendo uma integração deficitária entre regiões produtoras, fornecedoras de produtos primários e regiões consumidoras em âmbito nacional que levasse em consideração os anseios e as necessidades fundamentais da sociedade brasileira.

A industrialização dependente aguça a concentração de renda, do ponto de vista regional do ponto de vista social. A riqueza que gera não se irradia sobre o país inteiro nem sobre a sociedade inteira, mas consolida os desníveis existentes e inclusive os aprofunda. Nem sequer os próprios operários, os “integrados” cada vez menos numerosos, se beneficiam em medida igual do crescimento industrial; são os estratos mais altos da pirâmide social os que recolhem os frutos, amargos para muitos, dos aumentos de produtividade. Entre 1955 e 1966 no Brasil, a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a de comunicações e a indústria automóveis elevaram sua produtividade em cerca de 131%, porém neste mesmo período os salários dos trabalhadores por elas ocupados só cresceram, em valor real, 6%. (GALEANO, 1976, P. 270).

“Nossa” união faz “sua” força, na medida em que os países, ao não romperem previamente com os moldes do subdesenvolvimento e da dependência, integram suas respectivas servidões” (GALEANO, 1976, p. 271).

Surpreendentemente as conclusões aferidas por Caio Prado Júnior (1976), sobre o capital estrangeiro internacional no Brasil vão de encontro com as palavras do presidente americano Woodrow Wilson.

Ouve-se falar de concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não de concessões feitas pelos Estados Unidos ao capital de outros países... É que nós não fazemos concessões”, advertia, lá por 1913, o presidente norte-americano Woodrow Wilson, Ele estava certo: “Um país - dizia - é possuído e dominado pelo capital que nele se tenha investido. (PRADO JR. 1976, p. 13).

Na seção a seguir apontaremos os principais setores e empresas beneficiadas pela política de atração de investimentos.

3.1. A INSTRUÇÃO 113 DA SUMOC E O RODOVIARISMO - SETORES BENEFICIADOS E PAÍSES DE ORIGEM

Apesar de todas as ressalvas feitas em relação a livre circulação de capitais estrangeiros no Brasil, nas palavras de Saretta (2001, p. 116): “a historiografia econômica brasileira é unânime em reconhecer o favorecimento que a Instrução 113 significou para o capital estrangeiro”. Desse modo, considera-se que há a necessidade de aprofundar um pouco mais o entendimento sobre os impactos da Instrução 113 como instrumento de atração de investimentos para o Brasil.

O ramo da economia notoriamente favorecido com o Plano de Metas e beneficiada pela Instrução 113 foi sem dúvida a indústria automobilística. Não que a indústria automobilística já não se fizesse presente no país, a exemplo da Fábrica Nacional de Motores (FNM) que foi instalada em 1942 durante o Governo Vargas. Criada como sociedade de economia mista, tinha como objetivo chegar a construir motores de avião, meta nunca atingida, e fora incorporada pela Alfa Romeo em 1968. Mas há, no entanto, um entendimento de que foi no período de JK que a indústria automobilística cresceu vertiginosamente (FAUSTO, 2008).

Segundo Caputo e Melo (2009) não havia produção/fabricação de veículos no Brasil antes do governo JK. Havia montadoras com peças importadas. A intenção de instalar uma indústria automobilística robusta por JK motivou a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) e a para este fim o capital estrangeiro foi atraído por uma política de atração de investimentos institucionalizada pela Instrução 113 e pelas potencialidades do mercado brasileiro (FAUSTO, 2008).

Segundo Grommers (1962) *apud* Caputo e Melo (2009), todas as empresas interessadas em trazer máquinas e equipamentos para o Brasil com a finalidade de instalarem suas plantas de fábricas de automóveis poderiam utilizar a Instrução 113.

Segundo os dados levantados por Caputo e Melo (2009), a indústria automobilística foi a que mais se beneficiou das vantagens da *Instrução 113*. Contudo, a entrada da indústria automobilística no Brasil não se justifica única e exclusivamente em função dos benefícios da Instrução 113. Outros incentivos foram assegurados, mas talvez o fator que tenha influenciado sobremaneira na decisão das montadoras virem para o Brasil foi a opção brasileira pelo rodoviarismo.

De acordo com a publicação do Ministério da Infraestrutura (2014), a política rodoviarista não se iniciou no Governo JK. Mas, apesar de já haver rodovias desde o Brasil Império, foi efetivamente no Brasil Republicano que foi dedicada maior atenção as rodovias.

O símbolo da modernidade da primeira revolução industrial, o trem de ferro à vapor, deu lugar ao automóvel no século XX. O historiador inglês Eric Hobsbawm considera que “Nenhuma outra inovação tecnológica da época repercutiu tanto sobre a humanidade como as ferrovias; nunca outra invenção revelara para o homem novecentista, de forma tão cabal, o poder e a velocidade da Nova Era” (HOBSBAWM, 1970, p. 61).

Já no século XX, saem do foco as estradas de ferro e entram em cena as rodovias. “O automóvel é o símbolo por excelência do moderno no início do século XX. Sua chegada a diferentes partes do mundo ilustra a trajetória irresistível da mobilidade... Vem de longe anunciando grande transformação”. (GIUCCI, 2004, p. 263 *apud* MELO, 2008, p. 187).

O primeiro grande projeto em prol das rodovias, foi o Plano Geral Nacional de Viação de 1934, criado no Governo Getúlio Vargas (1930-1937). Apesar do caráter multimodal já se apontava a priorização do modal rodoviário. Neste sentido, criou-se, em 1937, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

Mas foi no governo JK, no âmbito do Plano de Metas que o rodoviarismo se consolidou enquanto política de Estado. A interiorização do Brasil com a mudança da capital para Brasília e a construção dos grandes eixos rodoviários como a Belém-Brasília, Brasília - Rio Branco e Cuiabá - Porto-Velho, além de integrar regiões consideradas distantes no Brasil, fez aumentar a demanda por carros e caminhões o que fomentou a implantação da indústria automobilística nacional.

Entretanto, é tácito que JK criou uma cesta de estímulos à importação e que a Instrução 113, apesar de ter sido criada no governo anterior, foi a medida emblemática desta política de estímulos. Em paralelo, JK adotou o rodoviarismo como modal para integrar o país e dar o escoamento necessário à circulação de mercadorias e acesso aos mercados consumidores.

Porém, mais algumas poucas perguntas para impulsionar a pesquisa se fazem necessárias. Quanto de capital estrangeiro entrou no Brasil? De onde vieram tais recursos? Em quais setores esses capitais foram alocados? Quais as principais empresas beneficiadas?

De acordo com os dados levantados por Caputo e Melo (2009), os investimentos estrangeiros que ingressaram no Brasil totalizaram US\$ 497,7 milhões entre 1955 e 1963. Quase metade destes recursos, um total de US\$ 216,5 milhões, o que corresponde a 43,5% do total investido, foram provenientes dos EUA. Não à toa, em Nova Iorque, anúncios circulavam em jornais com os dizeres “Grow with Brazil”, incentivando empresários e investidores norte-americanos a se encorajarem em aportar seus recursos no Brasil (GALEANO, 1977, pg. 266).

Tabela 01. Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) por País de Origem através da Instrução 113 e do Decreto 42.820 entre 1955 a 1963 (em milhões de US\$).

País de Origem	IED	(%)
EUA	216,5	43,5
Alemanha	93	18,7
Suíça	36,2	7,3
Inglaterra	24	4,8
Japão	16,2	3,3
França	15,4	3,1
Canadá	14,4	2,9
Itália	11,2	2,3
Suécia	9,9	2
Bélgica	9,7	1,9
Panamá	8,8	1,8
Holanda	6,8	1,4
França, Bélgica, Suíça e EUA	6,8	1,4
França e EUA	5,3	1,1
Alemanha e Itália	2,6	0,5
Venezuela	2,3	0,5
Cuba	2,1	0,4
Panamá e EUA	2	0,4
Luxemburgo	1,7	0,4
Liechtenstein	1,6	0,3
Finlândia	1,4	0,3
Alemanha, França e EUA	1,1	0,2
Uruguai	1	0,2
Holanda e EUA	0,8	0,2
Libéria	0,7	0,1
Dinamarca	0,7	0,1
Finlândia e Alemanha	0,7	0,1
Alemanha, Inglaterra e EUA	0,5	0,1
Outros	4,1	0,8
Total	497,7	100

Fonte: SUMOC. Boletins, vários anos, 1955 -1964. Elaboração própria. Adaptado de CAPUTO&MELO, 2009.

Conforme apresentado na Tabela 01, os seis maiores investidores foram EUA, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Japão e França que juntos foram responsáveis por mais de 80% dos investimentos estrangeiros que entraram no País via Instrução 113. A Europa e o Japão já haviam avançado em seus respectivos processos de recuperação no pós-guerra, figurando entre os maiores investidores no Brasil.

Tabela 02. Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) entre 1955 e 1963 via Instrução 113 da SU MOC e Decreto 42.820 – Setores da economia

Setores da Economia	IED	(%)
Indústrias de Transformação	486,2	97,7
Indústrias Extrativas	9,3	1,8
Não Identificado	0,9	0,2
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	0,6	0,1
Transporte, Armazenagem e Comunicações	0,6	0,1
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	0	0
Total	497,7	100

Fonte: SUMOC. Boletins, vários anos, 1955 -1964. Elaboração própria. Adaptado de CAPUTO&MELO, 2009.

Como já apontado neste texto, o capital estrangeiro ficou a cargo de investir no setor industrial de bens de consumo duráveis. Os dados levantados por Caputo e Melo (2009), corroboram com este entendimento. Conforme apresentado no Tabela 02, do total de US\$ 497,7 milhões investidos, US\$ 486,2, ou seja, 97,7% do total investido, se concentraram nos setores das indústrias de transformação.

As atividades mais ligadas à indústria de base (Extrativista – o que inclui recursos minerais) e às atividades ligadas ao transporte e comunicação (infraestrutura) não somaram US\$ 10 milhões (menos de 2%) do total investido. Lembrando que estes setores, na partição dos setores da economia para o recebimento dos diferentes capitais, ficaram a cargo do Estado brasileiro.

Tabela 3. Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) entre 1955 e 1963 via Instrução 113 da SU MOC e Decreto 42.820 – Setores da Economia

Setor da Economia	IED	(%)
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	189,61	38,1
Fabricação de Produtos Químicos	58,16	11,7
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	55,93	11,2
Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico	30,89	6,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	25,14	5,1
Fabricação de Produtos Têxteis	21,68	4,4
Metalurgia Básica	20,7	4,2
Outros	95	19
Total	497,7	100

Fonte: Sumoc. Boletins, vários anos, 1955-1964. Elaboração própria. Adaptado de CAPUTO&MELO, 2009.

Abrindo o setor de indústria de transformação (Tabela 03), as atividades ligadas ao setor automobilístico como a fabricação e montagem de veículos automotores, investiu no período de 1955 a 1963 um total de US\$ 189,61, o que corresponde a 38,1% do total investido. Os setores ligados as atividades da indústria química e a fabricação de máquinas e equipamentos investiram respectivamente US\$ 58,16 (11,7%) e US\$ 55,93 (11,2%).

Segundo Lafer (1970) *apud* Caputo e Melo (2009), a demanda derivada era um dos critérios de escolha que indicava onde o capital estrangeiro deveria ser investido. A tabela 02, exemplifica bem o já conhecido jargão “indústria atrai indústria”. A indústria automobilística depende de vários outros ramos de atividades industriais de transformação que dão sustentação à indústria principal. A produção de produtos químicos, maquinas e equipamentos de materiais elétricos e a indústria da borracha são atividades secundárias típicas ligadas a indústria automobilística.

Neste período grandes empresas multinacionais – como a Willis Motor, a Ford, a Volkswagen e a General Motors – instalaram-se na região do ABC Paulista. Em 1960, do total de 133.000 veículos produzidos para atender o mercado brasileiro, 78% foi oriundo das empresas mencionadas. Em 1968 a Volkswagen, a Ford e a General Motors foram responsáveis por quase 90% dos veículos produzidos.

Apesar da indústria automobilística significar também a produção de caminhões e ônibus, o automóvel familiar foi sem dúvida o carro-chefe da produção automobilística. Em 1968 a produção de veículos representou 58% da Indústria. Entre 1957 e 1968 a frota veicular aumentou em 360% à medida que os ônibus e os caminhões cresceram respectivamente 194% e 167%. (GALEANO, 1977).

Tabela 4. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias Principais Investidores via Instrução 113 e Decreto 42.820 – Entre 1955 e 1963 (Em Milhões de US\$)

Empresa Investidora	País de Origem	Valor	(%)
General Motors Corporation	EUA	25,02	13,2
Ford Motor do Brasil S/A	EUA	22,42	11,8
Volkswagenwerk GMBH	Alemanha	14,32	7,6
Willys Motors Inc. e Regie Nationale des Usines Renault	França, Bélgica, Suíça e EUA	13,34	7
Robert Bosch G.m.b.H.	Alemanha	12,99	6,9
Fried. Krupp	Alemanha	11,55	6,1
Willys Motors Inc.	EUA	10,3	5,4
Bendix Aviation Corp. e Bendix Westinghouse Automotive Air Brake Company	EUA	8,13	4,3
Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken	Suécia	7,31	3,9
Brasfinaz A.G.	Alemanha e Suíça	6,76	3,6
Société Anonyme Simca	França	6,45	3,4
Não declarado	Alemanha	6,02	3,2
International Harvester Co.	EUA	4,58	2,4
Willys Motors Inc. - U.S. Equipment Co. - E.W. Bliss Corp. - Dana Corporation	EUA	4,06	2,1
Clark Equipment International, C.A.	Venezuela e EUA	3,33	1,8
Alfa Romeo S/A	Alemanha e Itália	3,22	1,7
Carl F. W. Borgward G.m.b.H.	Alemanha	2,4	1,3
Ross Gear and Tool Co. Inc.	EUA	2,32	1,2
B.W.I. Panamá Inc.	Panamá e EUA	2,29	1,2
Outros		22,79	12
Total		189,61	100

Fonte: Sumoc. Boletins, vários anos, 1955-1964. Elaboração própria. Adaptado de CAPUTO&MELO, 2009.

Das dez principais empresas investidoras no Brasil que investiram juntas um total de US\$ 132,14 milhões, quatro eram exclusivamente dos EUA, cujos investimentos somaram US\$ 65,87 milhões, o que corresponde a 34% dos investimentos (ver Tabela 4). São elas, a General Motors, a Ford do Brasil, a Willys Motor e a Bendix Aviation Corporation. Em um investimento entre os dez maiores investimentos, os americanos faziam parte do consócio de países.

As empresas da Alemanha vêm em seguida com investimentos somados em US\$ 38,86 milhões (20,6%). Configuram ainda como principais investidoras empresas da França, Bélgica, Suíça e Suécia.

4. OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A segunda iniciativa igualmente importante para a política de atração de investimentos estrangeiros por parte do governo brasileiro foi a Política Pan-americana. O Brasil na figura do Presidente Juscelino Kubitschek deveria se fazer presente nos mais diferentes eventos internacionais.

Para além das iniciativas de cunho econômico, o Governo JK se destacou com a formulação da política externa brasileira voltada para o esforço da industrialização. A diplomacia presencial de JK (MALAN, 1984).

Ao assumir a presidência da república, JK queria ampliar para a esfera nacional aquilo que outrora houvera implementado no governo de Minas Gerais: uma política desenvolvimentista pautada no desenvolvimento da infraestrutura de transporte e energia. Ainda durante a campanha, JK apresentou as diretrizes do que viria a ser o Plano Nacional de Investimentos. Para este fim, nas palavras do próprio Kubitschek,

“...o programa de governo que me proponho a realizar prevê inicialmente a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional com o auxílio do Capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado possa realizar a grande tarefa de nosso Progresso”. (MALAN, 1984, p.78).

O Governo JK tinha ciência das limitações orçamentárias e da pouca capacidade de investimentos por parte do governo, limitação esta advinda da crise

de exportação que dependia quase que exclusivamente do café. Portanto, atrair o capital estrangeiro fosse ele público ou privado passou a ser uma das prioridades do governo (MALAN, 1984).

Na década de 1950 e início da década de 1960, contornar os impactos negativos da crise do café, que impactou na capacidade do Brasil em promover os investimentos necessários à industrialização, à infraestrutura e à necessidade de buscar recursos no exterior, nortearam a política do Governo Kubitschek. Após forte oscilação das exportações de café ao longo da década de 1950, da variação do preço do café no mercado internacional e da inabilidade dos produtores na América do Sul como o Brasil e Colômbia e dos produtores africanos em restringirem a produção a fim de assegurar a valorização do produto, se fez agravar ainda mais a crise financeira (MALAN, 1984).

O relatório do departamento de comércio norte-americano colocava o Brasil em terceiro lugar como destino de Investimentos, essa posição se alterou em função dos investimentos estadunidenses na Europa, em especial após a criação da Comunidade Económica Europeia. À luz do Tratado de Roma de 1957, a Comunidade Económica Europeia discriminava as importações para Europa vindas de países de fora do acordo. Tais iniciativas, além de estimular as trocas comerciais entre os países membros, aumentava o tamanho do mercado consumidor para as indústrias localizadas nos países do acordo (MALAN, 1984).

No que tange ao fluxo internacional de capitais, apesar de os investimentos norte-americanos terem triplicado entre 1957 e 1964 na Europa, o Brasil não deixou de aproveitar este momento. Os investimentos diretos e as linhas de financiamento para importação de máquinas e equipamentos essenciais ao processo de industrialização do Brasil foi resultado, em grande parte, da competição entre as economias centrais em expandir seus investimentos. Primeiro veio a Volkswagen e em seguida veio a Ford americana.

Na esfera do continente americano em 1956 no âmbito do 130º aniversário do Congresso do Panamá, o presidente JK visitou o Equador, Peru, Chile, Uruguai, Argentina e Bolívia e o representante do Ministério da Justiça e Relações Exteriores, Ministro Macedo Soares fez uma peregrinação pelos países da América do Sul (MALAN, 1984).

O contexto internacional da década de 1950, em especial a partir de 1954, contribuiu para a Política Pan-americana de Juscelino Kubitschek. A crise das economias latino-americanas, e a crise sucessiva vivenciada pelos Estados Unidos

1953/54 e 1957/58 impactaram ainda mais negativamente nas economias da América Latina que dependiam do mercado americano. Em paralelo, havia uma política expansionista da União Soviética com o fim do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o lançamento do Sputnik em 1957 e a expansão de suas políticas econômicas (a expansão de uma propaganda Soviética comunista) preocupou os Estados Unidos, o que fortaleceu o discurso de Juscelino Kubitschek. (Malan 1984).

A Política Pan-americana de JK parece ter surtido certo efeito a partir de 1958. Os Estados Unidos deixou de se opor a criação da Organização Internacional do Café e a criação da Instituição Financeira Interamericana, apoiou alguns projetos sociais em países latino-americanos e se aproximaram de governos democráticos progressistas na América Latina como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela.

A combinação entre conjuntura Regional e Internacional e a política Pan-americana de Juscelino Kubitschek teve seu auge em setembro de 1958 com a criação do COMITÊ DOS 21, um comitê especial junto ao conselho da OEA. A consagração veio em dezembro daquele ano, quando foram mais bem delineadas a assistência técnica aos países latino-americanos e a criação de uma instituição financeira interamericana que viria a ser mais tarde o Banco Interamericano de Desenvolvimento (MALAN, 1984).

5. CONCLUSÃO

Rememorando o objetivo deste artigo – que é analisar de que forma o Brasil pode executar uma política de atração de investimentos estrangeiros a fim de fomentar os investimentos necessários ao financiamento de uma dada demanda nacional, seja a indústria de bens de consumo duráveis na segunda metade da década de 1950, seja a infraestrutura nacional na segunda década do século XIX, torna-se uma tarefa difícil a elaboração de uma conclusão seca e única.

A primeira conclusão refere-se ao papel da Instrução 113 de janeiro de 1955 da SUMOC. É inegável a importância deste instrumento no aumento das inversões estrangeiras no período. A eficiência do instrumento para a atração e alocação do

capital estrangeiro em um pé do tripé financiador do processo de industrialização, mostrou eficácia comprovada com a entrada das empresas estrangeiras automobilísticas no país.

Havia muitos pontos de críticas ao modelo de desenvolvimento adotado no contexto do Plano de Metas. Os benefícios exagerados ao capital estrangeiro, o abandono da malha ferroviária para satisfazer os interesses estrangeiros, a necessidade cada vez maior de construção de novas rodovias, o custo crescente de manutenção das estradas e a crescente necessidade por petróleo na área de transporte, são alguns dos posicionamentos críticos à política de atração de investimentos.

Vale salientar que em certa medida, o processo de industrialização do Brasil e de outros países em posição equivalente ao do Brasil, contribuiu para uma redefinição da clássica divisão internacional do trabalho.

A segunda conclusão refere-se à política externa brasileira no contexto da *Operação Pan-americana*. Um cenário de disponibilidade de recursos financeiros internacionais na segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960, quando a diplomacia presidencial exercida por Juscelino Kubitschek e pelo alto escalão do governo parece ter tido sucesso para atração de investimentos.

Resultado desta política externa foi criação da Organização Internacional do Café, a criação da Instituição Financeira Interamericana e a criação do COMITÊ DOS 21 em 1958, um comitê especial junto ao conselho da OEA.

A terceira conclusão refere-se à forma como esse capital estrangeiro ingressa no país. Corroborando com a teoria da dependência, referenciada na introdução deste texto, o capital estrangeiro trouxe um desenvolvimento relativo e dependente.

Retomando a ideia e concluindo. Apesar de fundamental e importante, o Investimento Estrangeiro Direto sem qualquer tipo de direcionamento e regramento, pode configurar o já conhecido excedente de capital tão comumente aplicado nas colônias africanas no século XVII e XIX, impondo limites ao pleno desenvolvimento e autonomia das economias que os recebe. O IED, bem conduzido, prevendo contrapartidas mais claras e contundentes para as populações locais e para a economia nacional, pode ser importante para a promoção da economia nacional, dando oportunidades às empresas nacionais e assegurando os interesses do país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPUTO, A. C.; Melo H. P. de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. Est. econ., São Paulo, v. 39, n. 3, 2009, p. 513-538.

CERVO, A. L.; Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque Paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional, 2003.

FAUSTO, B. História do Brasil, 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Didática 1).

FONTAGNÉ L., Py L. Determinants of Foreign Direct Investment by Chinese Enterprises in the European Union, Report for the European Commission, 2010.

GOETZMANN, W, N; UKHOV, A. D. British Investment Overseas 1870-1913: A Modern Portfolio Theory Approach. National Bureau of Economic Research, 2005.

HOSBSBAWM, E. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

JATOBÁ, D; LESSA, A. C; de OLIVEIRA, H. A. Teoria Das Relações Internacionais, São Paulo: Saraiva 2013.

MALAN, P. Relações econômicas internacionais no Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). O Brasil Republicano. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, tomo III. 4 v, 1984.

MELO, Victor Andrade de. O AUTOMÓVEL, O AUTOMOBILISMO E A MODERNIDADE NO BRASIL (1891-1908). Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 1, p. 187-203, set. 2008

MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Boletim sobre Investimentos Chineses no Brasil, nº 7, 2018. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-brasil-no7.pdf>>. Acesso em 20/02/2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Fostering Investment in Infrastructure. Lessons learned from OECD

Investment. Policy Reviews, January 2015. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/Fostering-Investment-in-Infrastructure.pdf>>. Acesso em 10/01/2019.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROSS, Jurandyr L. Sanches ,(Org.) Geografia do Brasil – 4.ed 1 reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SARETTA, F. Octavio Gouvêa de Bulhões. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a10.pdf>>. Acesso em 13/01/2019.

VERSIANI, F. R; SUZIGAN, W. O Processo brasileiro de industrialização: Uma Visão Geral. Texto preparado para a seção relativa à industrialização da América Latina no X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, 1990.